

Estado da arte sobre a produção científica nacional da medicalização do comportamento

State of the art research on the brazilian national scientific production of medicalization of behavior

Estado del arte sobre la producción científica de la medicalización del comportamiento

*Joyce Gomes Heuko**
*Bruno Peixoto Carvalho***

Resumo

O presente trabalho apresenta uma pesquisa de estado da arte, de caráter quantitativo, que objetivou realizar o mapeamento das publicações científicas nacionais sobre o tema da medicalização do comportamento entre os anos 2000 e 2018. Neste levantamento, foram identificados os autores, seus respectivos estados, regiões e instituições de origem, número de publicações por ano, periódicos nos quais os artigos foram publicados e áreas de conhecimento desses periódicos, sujeitos-alvo das pesquisas, tipo de pesquisa e a ênfase da medicalização envolvida. Para isso, a base Periódico-CAPES ofereceu o material analítico, a partir da seguinte estratégia de busca: medicalização AND (comportament OR desvio OR conduta OR transtorno OR sofrimento). A partir dos dados coletados, foram construídos gráficos com o fim de obter um panorama das investigações sobre o tema em questão. Os dados encontrados sinalizam, dentre outras coisas: o aumento do número de publicações a partir do ano de 2009; a concentração de autores nos estados das regiões Sudeste e Sul; a maior prevalência de publicações em revistas de Saúde Coletiva e Interdisciplinar; a predominância de pesquisa teórica relativamente aos estudos empíricos; a prevalência das mulheres como sujeito-alvo de quantidade importante de pesquisas sobre medicalização do comportamento.*

Palavras-chave: *Estado da arte; Medicalização; Comportamento.*

* Universidade Federal do Paraná, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0001-6335-8227>. E-mail: joyceheuko@gmail.com

** Universidade Federal do Paraná, Departamento de Psicologia, PR, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-1071-9433>. E-mail: pcarvalhobruno@gmail.com

Abstract

This study presents quantitative state-of-the-art research aimed at mapping Brazilian scientific publications on the topic of medicalization of behaviors between the years 2000 and 2018. The research identified authors, their respective states, regions, and institutions of origin, the number of publications per year, the journals in which the articles were published, the fields of knowledge of these journals, the target subjects of the research, the type of research, and the emphasis on the involved medicalization. Data from the Periodic Portal from CAPES provided the analytical material using the following search strategy: medicalization AND (behavior OR deviation OR conduct OR disorder OR suffering). The collected data were used to create graphs in order to provide an overview of the research on the subject. The findings indicate, among other things: an increase in the number of publications since 2009; a concentration of authors in Brazilian states from the southeastern and southern regions; a higher prevalence of publications in journals related to Collective and Interdisciplinary Health fields; a predominance of theoretical research compared to empirical studies; and a significant focus on women as the subject of research on medicalization of behaviors.*

Keywords: State-of-the-art; Medicalization; Behavior.

Resumen

En el presente trabajo fue realizada una investigación cuantitativa del Estado del Arte que objetivó el mapeado de las publicaciones científicas sobre el tema de la medicalización del comportamiento, entre los años 2000 y 2018. En este levantamiento, fueron identificados los autores, sus respectivos estados, regiones e instituciones de origen, número de publicaciones por año, periódicos en los cuales los artículos fueron publicados y las áreas de conocimiento de estos periódicos, tema objetivo de las investigaciones, tipo de investigación y énfasis de la medicalización involucrada. Para ello, fue utilizado el Periódico-CAPES, aplicando los siguientes descriptores: medicalización AND (comportamient OR desvío OR conducta OR trastorno OR sufrimiento). A partir de los datos colectados, fueron construidos gráficos con el fin de ofrecer un panorama de las investigaciones sobre el tema en cuestión. Los datos encontrados señalan, entre otras cosas: el aumento del número de publicaciones a partir del año de 2009; la concentración de los autores en los estados de las regiones del Sudeste y Sur; la mayor prevalencia de publicaciones en revistas de Salud Colectiva e Interdisciplinaria; la predominancia de la investigación teórica relativa a los estudios empíricos; la prevalencia de las mujeres como objeto de investigación de cantidad importante de investigaciones sobre la medicalización del comportamiento.*

Palabras clave: Estado del arte; Medicalización; Comportamiento.

Este trabalho objetivou a realização de uma pesquisa de estado da arte de caráter quantitativo sobre o tema “Medicalização do Comportamento”. A pesquisa de estado da arte é descrita por Luna (2009) como uma investigação cuja característica principal é a descrição da conjuntura de determinado conhecimento na atualidade.

A presente pesquisa aborda um levantamento dos estudos sobre o processo de medicalização do comportamento e visa oferecer uma contribuição ao tema por meio da identificação do cenário no qual as pesquisas atuais, que abordam esta temática, estão sendo desenvolvidas, situando a sua importância no ambiente acadêmico, as instituições e estados que mais desenvolvem os estudos, a forma com que o tema vem sendo abordado e identificando as lacunas existentes no tema. Os objetivos específicos foram: a) identificar a quantidade de publicações por ano; b) identificar os estados e regiões dos autores; c) identificar a instituição de origem dos autores; d) identificar em quais anos os artigos foram publicados; e) identificar em quais periódicos esses estudos são publicados; f) identificar em quais áreas esses estudos estão sendo publicados; g) identificar os sujeitos-alvo das pesquisas; h) identificar a ênfase da medicalização; i) identificar o tipo de pesquisa realizada; j) identificar o número de publicações por autor.

O Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade assim define o processo de medicalização (2015):

Medicalização envolve um tipo de racionalidade determinista que desconsidera a complexidade da vida humana, reduzindo-a a questões de cunho individual, seja em seu aspecto orgânico, seja em seu aspecto psíquico, seja em uma leitura restrita e naturalizada dos aspectos sociais. Nessa concepção, características comportamentais são tomadas apenas a partir da perspectiva do indivíduo isolado, que passaria a ser o único responsável por sua inadaptação às normas e padrões sociais dominantes. A medicalização é terreno fértil para os fenômenos da patologização, da psiquiatrização, da psicologização e da criminalização das diferenças e da pobreza (p.1).

Importante, ainda, é diferenciar o conceito do processo de medicalização com conceitos que expressam fenômenos correlatos, mas que não se confundem com ele, tais como: patologização, criminalização/judicialização e medicamentação, como assinalam Oliveira, Harayama e Viégas

(2016). Para os autores, o termo patologização se refere à compreensão de questões complexas da vida por meio da sua conversão em doenças, como, por exemplo, a transformação da tristeza e do luto em depressão. A psicologização, assim como a psiquiatrização, é descrita como a tradução e redução da diversidade dos comportamentos humanos a termos psíquicos, cujo resultado é a definição e o agrupamento de traços da personalidade ou capacidades individuais, seja em uma perspectiva biológica e individualizante ou em uma perspectiva psicossocial. A criminalização/judicialização é a lógica por meio da qual tributamos a certos grupos sociais a potencialidade para o crime, concepção em geral, fundada em concepções hereditárias – e não raro, racistas – que postulam a possibilidade de se identificar a pretensa potencialidade para o crime a partir da identificação de traços fenotípicos dos sujeitos. Essa criminalização/judicialização tem raízes na concepção criminológica grosseira de Cesare Lombroso e encontra atualmente expressão em formas sofisticadas e supostamente fundamentadas de estudos genéticos e/ou das neurociências. Outra distinção importante é a do termo medicalização, descrito por Bezerra, Jorge, Gondim, Lima e Vasconcelos (2014), como a forma de controle médico da vida cotidiana dada por meio da prescrição – abusiva ou não – de medicamentos, sendo considerada como tratamento exclusivo. Estes processos – patologização, criminalização/judicialização e medicalização – são parte constitutiva de um processo mais geral, a saber: o processo de medicalização (Oliveira, Harayama & Viégas, 2016). Em comum a tais processos, reside o fato de que a pessoa que deles é objeto é abstraída num conjunto de suposições etiológicas e intervenções sobre as quais não há nenhum (ou há muito pouco) controle.

Em levantamento sobre o uso do termo medicalização, nas últimas décadas, Zorzaneli, Ortega e Bezerra (2014) assinalam o uso indiscriminado e a consequente perda do caráter crítico desse termo na literatura acadêmica, delimitando quatro significados mais empregados, quais sejam: 1) as estratégias massivas de sanitização da população; 2) a transformação de comportamentos considerados desviantes em doenças; 3) a ação do controle e imperialismo médico; 4) a participação de atores fora do campo da medicina. Nesta pesquisa, focamos no segundo significado, aquele referente ao

processo de transformação do comportamento humano, ou seja, à passagem do comportamento desviante à qualidade de transtorno médico por serem socialmente considerados como transgressivos ou desviantes das normas sociais vigentes. Conrad e Schneider (1992) destacam também a questão dos ganhos secundários para o sujeito, decorrente do deslocamento dos comportamentos desviantes para condições médicas. Para eles, ocorre, nesse processo, uma retirada da responsabilização individual do sujeito cujos atos seriam, fora do processo de medicalização, moralmente repreensíveis.

Os garotos indisciplinados das classes escolares passam a ser considerados crianças que necessitam de cuidado médico, e a tolerância de professores, diretores, colegas e, até, dos pais, se modifica, diante dessa nova descrição. Do mesmo modo ocorre com o alcoolismo que, não sendo mais compreendido como fraqueza moral, mas como doença, permite que as pessoas que dele padeçam sejam tratadas medicamente e menos estigmatizadas (Zorzanelli, Ortega & Bezerra, 2014, p. 1862).

Um dos amplos usos desse conceito ocorre no âmbito escolar, concernente aos denominados problemas de comportamento. Neste contexto, os comportamentos considerados socialmente como inadequados são rotulados de uma forma simplista e individualizante como transtornos mentais de origem orgânica, desconsiderando-se os diversos determinantes sociais envolvidos (Silva, Deus & Kantorski, 2021; Lima et al, 2021). Na bibliografia, o termo medicalização do comportamento é usado de forma diversificada, normalmente com o intuito de definir a transformação de comportamentos considerados desviantes em doenças (Zorzanelli, Ortega & Bezerra, 2014).

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TERMO MEDICALIZAÇÃO

Segundo Gaudenzi e Ortega (2012), a partir da década de 1960, o uso do termo medicalização ganha relevo para caracterizar a expansão da medicina na sociedade, com função controladora e moralizadora da conduta humana que – em muito – extrapola a esfera desse campo de conhecimento. Com a publicação de Illich, em 1975, do livro *A expropriação da saúde: nêmesis da Medicina*, o conceito de medicalização adquire maior notoriedade pelo conceito correlato, mas não idêntico, de iatrogênese,

descrito pelo autor como os danos e a conseqüente perda de autonomia dos sujeitos em função da própria intervenção médica de que são objeto. Outro autor importante no debate sobre a medicalização é Foucault, que, embora não utilize o termo de forma sistemática, refere-se a ele, de forma crítica, localizando-o no contexto social no qual as questões individuais e coletivas (sejam de natureza orgânica ou não) são fundamentadas e manejadas por meio da medicina (Gaudenzi & Ortega, 2012).

Almeida e Gomes (2014) tomam Illich e Foucault como ponto de partida para a sua reflexão sobre a medicalização social, compreendida como o processo de “apropriação e normatização de crescentes aspectos da vida social pela medicina” (p. 156-157). Os autores situam, na Europa do séc. XVIII, as origens desse processo, sem as quais suas manifestações contemporâneas são incompreensíveis. O contexto de urbanização desordenada, exploração e péssimas condições de trabalho, que suscitou um quadro de agravamento da miséria e condições de vida extremamente precárias da classe trabalhadora, resultou em uma alteração na abordagem do processo saúde-doença em vários países da Europa. Em virtude dessas transformações operadas pela expansão do modo de produção capitalista, mudanças na compreensão dos processos, que levavam ao adoecimento e à morte dos trabalhadores, eram necessárias para a reprodução da força de trabalho, cabendo ao Estado realizar medidas de alteração desse meio urbano hostil, como a reordenação urbana e a normatização e fiscalização do espaço público, privado e das condições de trabalho. É nesse momento histórico que se dá a ampliação do campo da atuação médica, elemento fundamental para o processo de medicalização social (Almeida & Gomes, 2014; Lemos, Nascimento & Galindo, 2021).

Além da função de controle das populações, Almeida e Gomes (2014) destacam que o processo de medicalização avança no sentido de constituir-se como uma indústria, localizando a fonte desse processo no modo de produção capitalista. A indústria farmacêutica, amplamente citada como uma das fomentadoras do processo medicalizante, encontra nas últimas cinco décadas as bases para superar o que parecia uma limitação da sua expansão: o fato de que ela seria uma indústria produtora de mercadorias para um grupo restrito, os doentes. A partir da expansão do processo de

medicalização e sua conseqüente apropriação e normatização de questões da vida social, o espectro do que seria considerado “anormal” ou “patológico”, ou seja, passível de intervenção médica, cresce consideravelmente, tornando-se um terreno fértil para a consolidação dessa indústria como uma das maiores e mais importantes do mercado capitalista.

Dessa forma, torna-se necessário a ampliação do campo patológico para que nele sejam incluídos os novos processos geradores de sofrimento e adoecimento contemporâneos. Os processos de reorganização no interior da dinâmica da produção capitalista, como a reestruturação produtiva – ampliação das jornadas de trabalho, aumento de tarefas (multifuncionalidade), imposição de metas, dentre outros – implicam para os trabalhadores em uma intensificação do trabalho e se expressam em novos perfis epidemiológicos, como LER (lesões por esforço repetitivo), síndrome de Burnout e transtornos de ansiedade, característicos da sociedade atual (Almeida & Gomes, 2014). A medicalização surge, então, como resposta a essas novas necessidades suscitadas pelo sistema de produção capitalista que reclama a formação de sujeitos mais adequados às crescentes exigências de produtividade e mais resistentes aos danos produzidos no próprio processo de produção e reprodução social (Almeida & Gomes, 2014; Secco & Kovaleski, 2022). Essa exigência de sujeitos concentrados, disciplinados e multifuncionais já é imposta aos indivíduos desde a infância. Devido ao fato de a educação se constituir na sociedade capitalista como um espaço fundamental para a reprodução da força de trabalho, encontra-se na escola a necessidade da formação de sujeitos produtivos, que possam se adequar a um mercado de trabalho cada vez mais exigente. A medicalização se torna, dessa forma, um instrumento amplamente utilizado no ambiente escolar para normatizar a infância, com o objetivo de construir jovens e adultos com as características impostas pelo ambiente produtivista no qual serão inseridos no futuro. A culpabilização individual da criança/adolescente e a conseqüente medicalização à qual será subordinada/o omitem os limites da própria instituição escolar. Dado o contexto de popularização da escola às mais diversas classes sociais sob a forma de um serviço precário, subfinanciado e de baixa qualidade, amplifica-se a individualização do sofrimento dos alunos por parte da instituição escolar, que transfere a culpa

da inadequação ou do baixo rendimento aos próprios alunos, omitindo, neste processo, os fundamentos sociais do modo de produção capitalista na produção do sofrimento e do fracasso escolar (Almeida & Gomes, 2014; Brzozowski & Caponi, 2013; Colombani, Carcácio & Veríssimo, 2019).

METODOLOGIA

A presente pesquisa busca oferecer, por meio de um recorte quantitativo, um panorama do tema “Medicalização do Comportamento” com base na literatura descrita entre os anos 2000 e 2018, sendo de grande importância para o mapeamento das lacunas existentes sobre o tema (Luna, 20019).

Para tanto, tomou-se como fonte do material a ser analisado o Portal de Periódicos CAPES, biblioteca virtual, que reúne e disponibiliza às instituições de ensino e pesquisa, no Brasil, um importante volume da produção científica nacional e internacional. Ele conta, em sua base de dados, com um acervo de mais de 45 mil títulos com texto completo, 130 bases referenciais, 12 bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, enciclopédias e obras de referência, normas técnicas, estatísticas e conteúdo audiovisual. O portal pode ser acessado de forma livre e gratuita por professores, pesquisadores, alunos e funcionários vinculados às instituições de ensino participantes, por meio de computadores ligados à internet e localizados nessas instituições ou por elas autorizados.

Buscou-se identificar, dentre as produções do tema, os autores, seus estados, regiões e instituições de origem, áreas do conhecimento em que se encontram esses estudos, o tipo de pesquisa, os periódicos em que são publicados, o número de publicações por ano, a ênfase da medicalização e quem são os sujeitos dessas pesquisas. Considerando que o termo “medicalização do comportamento” não é amplamente utilizado na literatura, buscamos na bibliografia da medicalização termos correlatos utilizados para descrever aquilo que denominamos como “medicalização do comportamento”, a partir da seguinte estratégia de busca: medicalização AND (comportament* OR desvio OR conduta OR transtorno OR sofrimento). Os filtros utilizados foram: apenas artigos, periódicos revisados por pares e idioma português.

A pesquisa foi realizada no dia 04/06/2019 e foram encontrados 366 artigos. Foi efetuada a leitura integral dos resumos e parcial dos textos, sendo incluídos 132 artigos nesta pesquisa e 234 excluídos, dos quais 3 por serem repetições. O critério para inclusão foi a definição de medicalização do comportamento, ou seja, incluímos aqueles artigos que tratavam da transformação de comportamentos considerados desviantes em doenças. Os critérios de exclusão foram: pouca ou nenhuma relação com a temática da medicalização do comportamento; texto disponibilizado apenas em língua estrangeira, como espanhol ou inglês; artigos que abordavam uma realidade que não a brasileira, mas de outros países (como Portugal e Itália); outros formatos de texto que não artigo, como entrevistas, dossiês, entre outros. A identificação do tipo de medicalização envolvida se deu por meio da descrição trazida pelo próprio artigo, seja no resumo ou no corpo do texto e consideramos a área de conhecimento dos periódicos a partir da definição da classificação por eles mesmos oferecida.

RESULTADOS

Os dados dessa pesquisa apontam um aumento considerável de publicações do tema medicalização do comportamento no final dos anos 2000 (Figura 1), assim como sugerem os levantamentos de Pereira (2018) e de Beltrame, Gesser e Souza (2019), que versavam sobre a medicalização em geral e sobre a medicalização da infância e da educação. É importante destacar que esse aumento da quantidade de publicações quase coincide com a criação do Fórum Sobre Medicalização da Educação e da Sociedade, em 2010, mas isso não implica uma relação causal entre esses dois acontecimentos, ao contrário do que sugeriram Beltrame, Gesser e Souza (2019). Essa correspondência sugere que o avanço do processo de medicalização tenha mobilizado tanto a comunidade científica, na direção da produção de conhecimentos sobre essa questão, quanto os criadores do fórum, no sentido de construir uma entidade/organização que pudesse se contrapor no terreno político-científico a este avanço da medicina sobre todas as esferas da vida. Em favor dessa posição, destaca-se, por exemplo, que o estado de Santa Catarina é o terceiro estado com maior número de publicações

(Figura 2) e a UFSC a segunda universidade com maior número de autores que publicam sobre a temática, no entanto, Santa Catarina não possui um núcleo do fórum. O mesmo ocorre com o estado do Rio Grande do Sul que, apesar de ser o quarto estado com maior número de publicações (Figura 2), também não possuía núcleos ativos do fórum. Rio de Janeiro e São Paulo são os estados que mais concentram publicações sobre o tema em investigação.

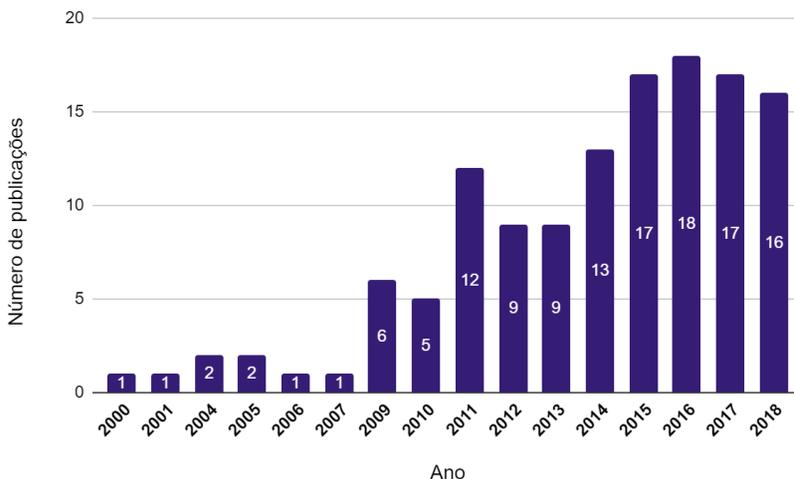


Figura 1. Quantidade de artigos publicados por ano.

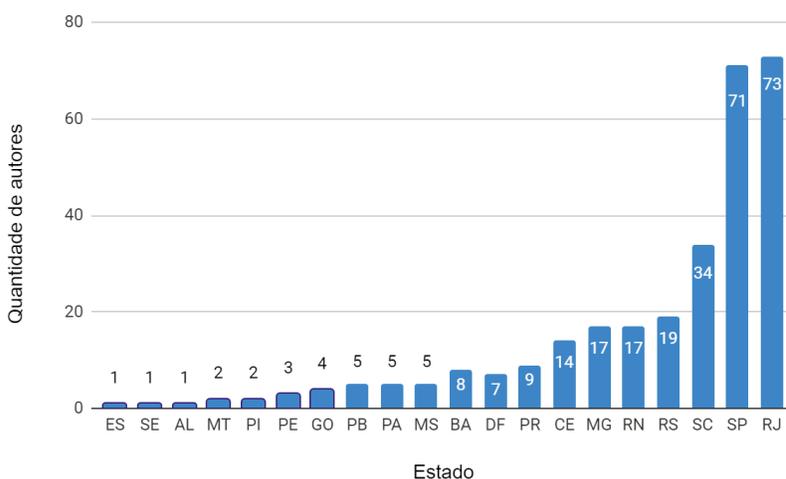


Figura 2. Frequência de autores por estado.

Observação: O autor é contabilizado conforme o número de vezes em que aparece como autor de artigo.

Em relação à frequência de autores por região, percebe-se que a grande maioria dos trabalhos na área é realizada por autores da região Sul e Sudeste (75%). Já sobre a instituição de origem, a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Fiocruz, respectivamente, são as instituições com maior número de publicações. Além disso, é importante ressaltar que das 31 instituições de ensino, 21 são públicas, 7 privadas e 2 comunitárias. Esse dado corrobora e reflete o fato de que, atualmente, a pesquisa científica, no território brasileiro, está sendo realizada majoritariamente por instituições públicas, como aponta o relatório preparado para a CAPES pela Clarivate Analytics (2017). Segundo esse relatório, mais de 95% das publicações, entre os anos de 2011 e 2016, foram realizadas por universidades públicas (estaduais e federais). Das 20 universidades que mais publicam, 5 são estaduais e 15 federais. Com relação às regiões dessas universidades, 5 estão no Sul, 11 no Sudeste, 2 no Nordeste e 2 no Centro-Oeste. Desta forma, assim como observado no presente trabalho, a grande maioria das pesquisas nacionais também se concentra nas regiões Sul e Sudeste.

Em relação às revistas nas quais os artigos foram publicados, a maior parte dos artigos (35%) foram publicados na *Ciência & Saúde Coletiva*, da área de Saúde Coletiva – área em que se encontra também a maioria dos artigos (35%). A segunda e terceira revistas com maior número de publicações foram a *Interface – Comunicação, Saúde e Educação* (28%) e *Estudos Feministas* (17%). Quanto à área de conhecimento dos periódicos, a *Saúde Coletiva* (35%) foi seguida pela *Interdisciplinar* (33%) e pela *Psicologia* (10%). Uma questão que merece ulterior investigação é a relativamente baixa publicação de artigos em revistas da área da psicologia em comparação com as duas primeiras. Sendo a psicologia o campo que estuda o comportamento humano, tanto típico quanto atípico, esperava-se que uma maior quantidade de produções científicas sobre a medicalização do comportamento fosse encontrada na área. Uma hipótese para esse fato pode ser a de que os autores da área estejam publicando grande parte das suas produções nas revistas de saúde coletiva e em revistas interdisciplinares ou que estejam tangenciando a medicalização do comportamento sob a rubrica da medicalização em geral. Se isso se demonstrar futuramente

como verdadeiro, pode – ainda – revelar que os periódicos da área não estejam admitindo artigos críticos sobre os processos de medicalização. Consideramos a área de conhecimento dos periódicos a partir da definição por eles mesmos oferecida.

Foi definida uma categoria a partir da revisão de literatura, a ênfase, que se refere ao tipo de processo de medicalização descrito pelos artigos. Para isso, subdividimos os artigos em quatro tipos: a) medicalização em geral, quando o trabalho versava sobre a apropriação e normatização da medicina de algum aspecto da vida social; b) medicamentação, quando tinha como ênfase a prescrição abusiva de medicamentos como forma de tratamento; c) patologização, como a tradução das dificuldades ou do sofrimento em patologia; d) criminalização/judicialização, como a lógica que leva indivíduos ou grupo a serem vistos como criminosos.

Um exemplo de estudo de medicalização em geral é o trabalho de Thiago, Russo e Junior (2016), denominado “Hormônios, sexualidade e envelhecimento masculino: um estudo de imagens em websites”, que aborda a construção do declínio hormonal masculino relacionado ao envelhecimento, como parte de um processo mais geral de medicalização da sexualidade e envelhecimento masculinos. Em relação à medicamentação, destacamos o estudo de Ferrazza, Luzio, Rocha e Sanches (2010), denominado “A banalização da prescrição de psicofármacos em um ambulatório de saúde mental”, que aborda o processo atual de medicalização generalizada da população a partir de dados de um estudo exploratório amostral da prescrição de psicofármacos no âmbito de um Ambulatório de Saúde Mental. Sobre patologização, ressaltamos o trabalho de Corbanezi (2018), denominado “Transtornos Depressivos e Capitalismo Contemporâneo”, que tem como objetivo mostrar como a evolução da nosologia psiquiátrica da depressão pode se relacionar com determinadas demandas do capitalismo contemporâneo. Por fim, como exemplo de estudo sobre criminalização/judicialização, evidenciamos o artigo de Costa e Silva (2017), denominado “A atenção em saúde mental aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil”, no qual os autores analisam a utilização de medicamentos psicoativos por adolescentes infratores em unidades socioeducativas (USES) no Brasil.

Já a figura 3 revela que a maioria (70%) dos artigos tem como foco a medicalização em geral, ou seja, a “translocação para o campo médico de problemas inerentes à vida” (Collares & Moysés, 2014, p. 51). A medicamentação e patologização (em que se agrupam, ainda, as categorias de psiquiatrização e psicologização) aparecem em segundo lugar, com 12% das publicações. É importante ressaltar que a classificação aqui realizada, do processo de medicalização, é meramente didática e que, como anteriormente assinalado, esses processos – medicamentação, patologização, psiquiatrização e criminalização – não aparecem de forma desassociada na vida social, mas fazem parte do processo de medicalização como um todo.

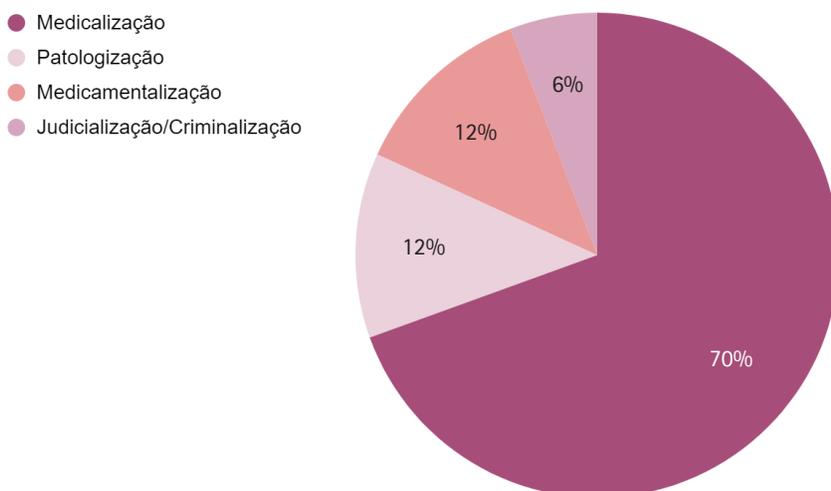


Figura 3. Percentual de artigos por ênfase.

Desses processos de medicalização em geral, foram excluídos aqueles que não se referiam propriamente a comportamentos. Os exemplos que mais apareceram na busca foram a medicalização do parto e da gestação, como “A representação cultural de um ‘parto natural’: o ordenamento do corpo grávido em meados do século XX” (Ayres, Henriques & Amorin, 2018) e a medicalização da morte, como consta no artigo “A construção da “boa morte” em diferentes etapas da vida: reflexões em torno do ideário paliativista para adultos e crianças” (Menezes & Barbosa, 2013).

Em relação ao tipo de pesquisa, dos 134 artigos publicados, 61% deles referem-se à pesquisa teórica, enquanto 39% das pesquisas são empíricas. Na categoria de pesquisa teórica, foram incluídas as pesquisas propriamente teóricas ou teórico-conceituais, aquelas que tratavam de revisões de literatura (sistemáticas ou não sistemáticas), ensaios teóricos e pesquisas que envolviam análise documental. Por pesquisa empírica entendemos aquela que tomava como fonte da informação a própria população medicalizada, independentemente do tipo de empiria envolvida (pesquisa experimental, levantamento, estudo de caso etc.).

Sobre os sujeitos da pesquisa (Figura 4), ou seja, a população foco da pesquisa (independentemente de ser teórica ou empírica), a maioria se referiu à população de mulheres (16%), seguida por crianças (11%) e homens (8%). Em relação ao público feminino, a maioria dos artigos analisava questões relativas à sexualidade, à reprodução e ao corpo feminino, como explicita o artigo de Costa, Stolz, Grynszpan e Souza (2006), denominado “Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução”, que aborda o processo de naturalização como alicerce da medicalização do corpo feminino e discute de que forma esse processo institui uma forma de controle social com base na reprodução biológica. Essa informação, somada à que revela que a revista Estudos Feministas é o terceiro periódico que mais publica sobre o tema, revela que a medicalização do comportamento das mulheres tem sido uma questão bastante tematizada. Além disso, a figura 5 aponta os rótulos de diagnósticos mais usados nos artigos. Percebe-se que a maioria (76%) dos artigos não tem como objeto algum transtorno específico. Esse fato pode estar em relação com o dado da figura 3, que indica que a ênfase da maioria dos artigos (70%) é de medicalização em geral, abordando, dessa forma, o processo de medicalização como um todo e não focando, necessariamente, em um tipo específico.

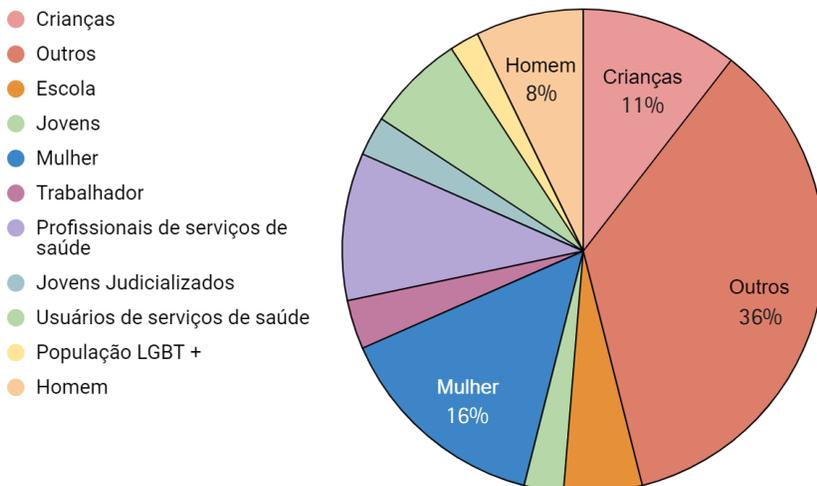


Figura 4. Sujeitos da pesquisa.

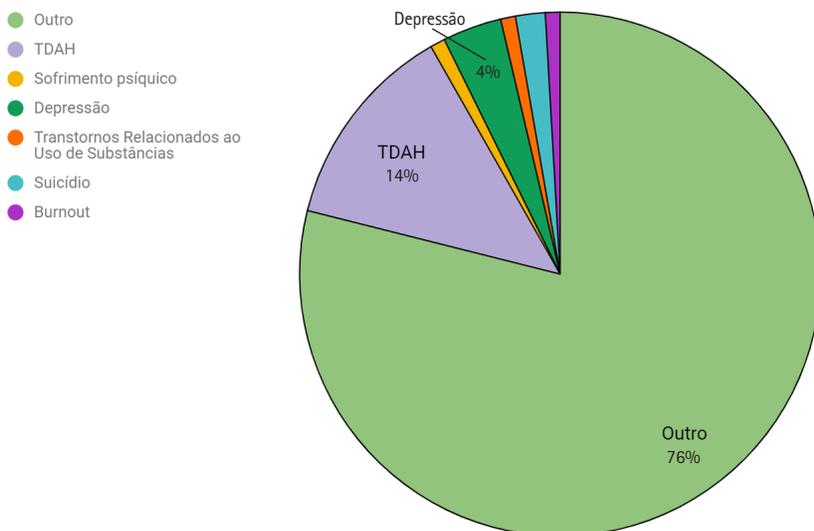


Figura 5. Rótulos diagnósticos mais empregados.

Por fim, destaca-se o número de publicações por autor. Aqui, reunimos algumas informações sobre autoria, a partir da Plataforma Lattes. A autora com maior número de publicações (6), Sandra Noemi Cucurullo, possui graduação em Filosofia pela Universidad Nacional de Rosario e mestrado e doutorado em Lógica e Filosofia da Ciência. Atualmente é

professora titular do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Cucurullo desenvolve seu trabalho na área de epistemologia, história da psiquiatria, da medicina e na área de Bioética. Atualmente, coordena seis projetos de pesquisa, dos quais quatro são sobre o tema medicalização, sendo eles: “Das duchas aos psicofármacos: o dispositivo diagnóstico-etiológica-terapêutica no campo da psiquiatria”; “Prevenir e medicar: uma abordagem sócio-histórica à medicalização de transtornos mentais na infância”; “Classificar e Normalizar: a configuração das classificações estatísticas internacionais de transtornos mentais (1889-1952)”; “A medicalização do crime no Brasil contemporâneo”.

A segunda autora com maior número de publicações (4) é Jane Araujo Russo, que é graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, com mestrado em Psicologia Social, doutorado em Antropologia Social e pós-doutorado em Ciências Sociais. Atualmente é professora associada do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Instituto de Medicina Social na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Sua área atual de investigação é a medicalização da sexualidade, sendo que, dos três projetos de pesquisa que coordenou entre 2005 e 2014, dois são sobre o tema. Atualmente, coordena o projeto intitulado “Hormônios, sexualidade e saúde: um estudo sobre processos contemporâneos de medicalização da vida cotidiana”.

Outros quatro autores tiveram 3 publicações sobre o tema, são eles: Rafaela Teixeira Zorzanelli, professora adjunta da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Francisco Ortega, professor titular da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ); Daniele de Andrade Ferrazza, professora adjunta da Universidade Estadual de Maringá (UEM); Fabiola Rohden, professora adjunta da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Os dados encontrados sinalizam, dentre outras coisas: a) o aumento do número de publicações a partir do ano de 2009; b) a concentração de autores nos estados das regiões Sudeste e Sul; c) o predomínio das instituições USP, UFSC, Fiocruz, UERJ e UFRJ em relação às produções sobre o tema eleito; d) a maior prevalência de publicações em revistas de Saúde Coletiva e Interdisciplinar; e) a predominância de pesquisa teórica

relativamente aos estudos empíricos; f) a prevalência das mulheres como sujeito-alvo de quantidade importante de pesquisas sobre a medicalização do comportamento; g) a ênfase desses estudos na medicalização em geral (em detrimento da priorização de um tipo específico).

CONCLUSÃO

A partir do levantamento realizado, foi possível constatar que, apesar do termo “Medicalização do Comportamento” não ter sido descrito de forma sistemática na literatura, esse tema é amplamente utilizado de forma a descrever a transformação de comportamentos considerados desviantes em doenças (Zorzanelli, Ortega & Bezerra, 2014). Por esse motivo, consideramos de suma relevância distingui-lo do processo de Medicalização da Educação que, apesar de em muitos casos ter como objeto o mesmo sujeito – a criança –, não se restringe a ele.

Ressalta-se que a Medicalização do Comportamento abrange uma diversidade de comportamentos humanos, como: comportamentos sexuais e reprodutivos, comportamentos criminosos, comportamento alimentar e comportamentos tidos como desviantes no ambiente escolar ou fora dele. Além disso, o público-alvo desse processo se mostra cada vez mais amplo, perpassando a vida de crianças, mulheres, profissionais de saúde, homens, usuários de serviços de saúde, alunos, trabalhadores, jovens, jovens judicializados e a população LGBTQI+.

Importa destacar a necessidade de se investigar, ainda, na temática da medicalização do comportamento, o tipo de orientação teórica que tem fundamentado esses estudos, bem como a sua filiação em termos de teoria social, além – ainda – da importância de avançar na direção da produção de pesquisas empíricas nesse tema. Esse trabalho pretendeu ser um contributo à sistematização dos processos de medicalização do comportamento.

REFERÊNCIAS

- Aguiar, M. P., & Ortega, F. J. G. (2017). *Psiquiatria Biológica e Psicofarmacologia: a formação de uma rede tecnocientífica*. *Physis*, 27(4), 889-910. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000400003>
- Almeida, M. R., & Gomes, R. M. (2014). *Medicalização social e educação: contribuições da teoria da determinação social do processo saúde-doença*. *Revista Nuances: Estudos Sobre Educação*, 25 (1), 155-175. doi: <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2728>
- Beltrame, R. L., Gesser, M., & Souza, S. V. (2019). *Diálogos sobre medicalização da infância e educação: uma revisão de literatura*. *Psicologia em Estudo*, 24. doi: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v24i0.42566>
- Bezerra, I. C. Jorge, M. S. B., Gondim, A. P. S., Lima, L. L., & Vasconcelos, M. G. F. (2014). “Fui lá no posto e o doutor me mandou foi pra cá”: processo de medicamentação e (des)caminhos para o cuidado em saúde mental na Atenção Primária. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18(48), 61-74. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-57622013.0650>
- Brzozowski, F., & Caponi, S. (2013). *Medicalização dos Desvios de Comportamento na Infância: Aspectos Positivos e Negativos*. *Psicologia Ciência e Profissão*, (1), 208-221. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100016>
- Colombani, F., Carácio, F., Veríssimo, D. (2019). *A medicalização e sua história: normalização e disciplinamento da infância por meio da escola*. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 14(4), 2057–2070. doi: <https://doi.org/10.21723/riaee.v14iesp.4.12929>
- Collares, C. A. L., Moysés, M. A. A. (2014). *A educação na era dos transtornos*. In: Viégas, L. S; Ribeiro, M. I; Oliveira, E. C; Teles, L. A. (Org.) *Medicalização da educação e da sociedade. Ciência ou mito?* (pp. 47-69). Salvador: Edufba.
- Conrad, P., Schneider, J. W. (1992). *Deviance and medicalization: From badness to sickness*. Philadelphia: Temple University Press.

- Corbanezi, E. (2018). Transtornos depressivos e capitalismo contemporâneo. *Cad. CRH*, 31 (83), 335-353. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000200011>
- Costa, N. R., & Silva, P. R. F. (2017). A atenção em saúde mental aos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. *Ciênc. saúde coletiva*, 22(5), 1467-1478. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232017225.33562016>
- Costa, T., Stotz, E. N., Grynspan, D., & Souza, M. C. B. (2006). Naturalização e medicalização do corpo feminino: o controle social por meio da reprodução. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 10(20), 363-380. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832006000200007>
- Cross, D., Thomson, S., & Sincalir, A. (2017). *Research in Brazil - A report for CAPES*. Clarivate Analytics.
- Diniz, F. R. A., & Oliveira, A. A. (2014). Foucault: do poder disciplinar ao biopoder. *Scientia*, 2(3), 01 – 217. Recuperado de: http://www.faculdade.flucianofeijao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/VOL2_N3/FRANCISCOROMULOALVESDINIZ.pdf
- Ferrazza, D. A., Luzio, C. A., Rocha, L. C., & Sanches, R. R. (2010). A banalização da prescrição de psicofármacos em um ambulatório de saúde mental. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 20(47), 381-390. doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2010000300010>
- Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. (2015). *Carta do IV Seminário Internacional a Educação Medicalizada: desver o mundo, perturbar os sentidos*.
- Gaudenzi, P., & Ortega, F. (2012). O estatuto da medicalização e as interpretações de Ivan Illich e Michel Foucault como ferramentas conceituais para o estudo da desmedicalização. *Interface*, 16(40), 21-34. doi: <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000020>
- Illich, I. (1975). *A expropriação da saúde: nêmesis da medicina*. Nova Fronteira.
- Lemos, F. C. S., Nascimento, M. L. & Galindo, D. (2021). Uma crítica às facetas da medicalização pela gestão dos riscos. *Fractal: Revista de Psicologia*, 33(3), 165-172. Recuperado de: <https://doi.org/10.22409/1984-0292/v33i3/5746>.

- Lima, M. L. C. et al. (2021). Debatendo sobre medicalização com docentes em escolas públicas e privadas. *Psicologia Escolar e Educacional*, 25, e222921. Recuperado de: <<https://doi.org/10.1590/2175-35392021222921>>.
- Luna, S. V. (2009). Revisão de literatura: conceito, função e estrutura. *Behaviors: Ciência Básica, Ciência Aplicada*, 13,62 – 67.
- Menezes, R., & Barbosa, P. A construção da “boa morte” em diferentes etapas da vida: reflexões em torno do ideário paliativista para adultos e crianças. (2013). *Ciência & Saúde Coletiva*, 2013, 18(9), 2653-2662. doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000900020>.
- Oliveira, E. C., Harayama, R. M., & Viégas, L. S. (2016). Drogas e medicalização na escola: reflexões sobre um debate necessário. *Revista Teias*, 17(45), 99-118. doi: <https://doi.org/10.12957/teias.2016.24598>
- Pereira, N. C. (2018). *Psicologia e Medicalização: análise da produção do Portal de Periódicos da CAPES dos últimos 20 anos (Trabalho de Conclusão de Curso) UFMG*.
- Romanowski, J. P., Ens, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. *Revista Diálogo Educacional*, 6(19), 37-50. Recuperado de: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/24176>
- Secco, A.C., Kovalski, D.F. (2022). Do empreendedor de si mesmo à medicalização da performance: reflexões sobre a flexibilização no mundo do trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(05), 1911-1918. Recuperado de: <https://doi.org/10.1590/1413-81232022275.09572021>
- Silva, M. S. S. J., Deus, M. D., Kantorski, L. P. (2021). Medicalização na educação: formas de normalizar comportamentos no contexto escolar. *Psicologia, Educação e Cultura*, 25(3), 117-132.
- Thiago, C. C., Russo, J. A., & Camargo Junior, K. R. (2016). Hormônios, sexualidade e envelhecimento masculino: um estudo de imagens em websites. *Interface*, 20(56), 37-50. doi: <https://doi.org/10.1590/1807-57622014.0031>

Viégas, L. S., & Oliveira, A. R. F. TDAH: conceitos vagos, existência duvidosa. *Nuances: estudos sobre Educação*, 25(1), 39-58. doi: <http://dx.doi.org/10.14572/nuances.v25i1.2736>

Zorzaneli, R. T., Ortega, F., & Bezerra Junior, B. (2014). Um panorama sobre as variações em torno do conceito de medicalização entre 1950-2010. *Ciênc. saúde coletiva*, 19(6), 1859-1868. doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014196.03612013>

Recebido em 07/10/2021

Aceito em 31/08/2023



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional, que permite o uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que a obra original seja devidamente citada.